

HABEAS CORPUS Nº 492.295 - RS (2019/0036091-0)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : VLADIMIR DE AMORIM SILVEIRA
ADVOGADO : VLADIMIR DE AMORIM SILVEIRA - RS075834
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
PACIENTE : CRISTIELLE FLORES BOEIRA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de CRISTIELLE FLORES BOEIRA contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4.^a Região no julgamento do *Habeas Corpus* n.º 5046919-80.2018.4.04.0000/RS.

Consta dos autos que foi instaurado o Inquérito Policial n.º 586/2017, cuja operação foi denominada pela Polícia Federal de ***Planum***, para apurar a suposta prática dos delitos de tráfico internacional de drogas, organização criminosa e lavagem de dinheiro.

O relatório da investigação revelou duas grandes células criminosas: a primeira, voltada para o tráfico internacional de drogas, em toda a sua logística; a segunda, que "*tem por foco circularizar valores de terceiros em contas bancárias de pessoas físicas e jurídicas inexistentes (nome falso ou empresa de fachada) e outras em nome de entrepostas pessoas ("laranjas")*" (fl. 91).

A Autoridade Policial representou pela prisão preventiva de membros da OCRIM, ligados ao segundo núcleo, ou seja, vinculados "*ao cometimento, em tese, dos crimes de lavagem de dinheiro proveniente do tráfico de drogas praticado, bem como de operações financeiras ilegais realizadas à margem do sistema financeiro e por entidades fora do controle estatal*" (fl. 91).

O Magistrado de origem acolheu a representação, "*com o objetivo de barrar as condutas delitivas praticadas pelos suspeitos, evitar a realização de atos tendentes a prejudicar a conclusão das investigações, garantir a aplicação da lei penal, além de impedir a dilapidação do patrimônio adquirido com as atividades criminosas, neste momento, a prisão preventiva se demonstra essencial para a deflagração da fase ostensiva da investigação denominada **Operação Planum***" (fl. 164, grifo no original), e decretou a prisão preventiva da Paciente e de mais 15 (quinze) Investigados.

Impetrado prévio writ em favor da ora Paciente, a ordem foi denegada, em acórdão assim ementado (fls. 217-218):

"PENAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. OPERAÇÃO PLANUM. TRÁFICO TRANSNACIONAL DE ENTORPECENTES E LAVAGEM DE DINHEIRO. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. REVOGAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA. PRESENÇA DOS REQUISITOS LEGAIS. PRISÃO DOMICILIAR. DESCABIMENTO.

MANUTENÇÃO DA CAUTELAR. DENEGAÇÃO DA ORDEM.

1. É consabido que a decretação da segregação preventiva reclama motivação lastreada em fatos que justifiquem, efetivamente, a excepcionalidade da medida, atendendo-se aos termos do artigo 312 do Código de Processo Penal, conforme preconiza a jurisprudência dominante (STJ, HC 282284, 5ª Turma, Rel. Ministra Laurita Vaz, DJe 17-2-2014; e RHC 43903, 6ª Turma, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe 15-4-2014).

2. Caso em que a prisão cautelar do paciente, porque amparada em indícios suficientes de autoria e prova de materialidade dos delitos, mostra-se necessária para promover o desmantelamento da associação criminosa desvelada no âmbito da Operação Planum.

3. Demonstrado tanto o fumus commissi delicti como o periculum libertatis e concluindo-se da narrativa dos decisórios vergastados e demais informações e documentos juntados aos processos originários que a ordem prisional constituiu-se em medida indispensável, não se evidencia, por ora, qualquer efetividade na aplicação de medida cautelar alternativa.

4. Em 20-2-2018, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, decidiu, por maioria de votos, conceder habeas corpus coletivo para determinar a substituição da prisão preventiva pela domiciliar, sem prejuízo da aplicação concomitante das medidas alternativas previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal, de todas as mulheres presas, gestantes, puérperas, ou mães de crianças e deficientes sob sua guarda. (HC 143.641, Ministro Relator Ricardo Lewandowski, DJe 33, de 21-2-2018). Hipótese, porém, em que a paciente é acusada de crimes gravíssimos, de posição de liderança em organização criminosa dedicada ao tráfico internacional de entorpecentes e lavagem de dinheiro, a atrair a excepcionalidade aventada naquele julgado. Ademais, os autos dão conta que a paciente falsificou documentos das filhas menores, a demonstrar que as utiliza em prol de seus intentos escusos.

5. Ordem denegada."

Neste *mandamus*, o Impetrante sustenta que a Paciente faz jus à prisão domiciliar, à luz do disposto no art. 318-A do Código de Processo Penal, pois é mãe de duas crianças menores de 12 anos, além de responsável pela filha menor de seu

companheiro Marino, também investigado na operação mencionada.

Destaca que o tráfico ilícito de entorpecentes não é cometido com violência ou grave ameaça à pessoa, bem assim, que o benefício é cabível ainda que a mãe seja reincidente.

Requer, liminarmente e no mérito, a conversão da custódia cautelar em prisão domiciliar ou monitoramento eletrônico.

É o relatório inicial.

Passo a apreciar o pedido de provimento urgente.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Todavia, ao menos por ora, não se mostram presentes os pressupostos autorizadores da medida urgente requerida no caso em apreço.

A esse respeito, destaco do acórdão impugnado os seguintes trechos (fls. 247-252; grifos diversos do original):

"No caso concreto, conforme restou apurado nas investigações da Operação Planum, ao contrário do que aduz a defesa, quando refere que a participação da requerente na empreitada criminoso é de menor importância, visto o delito ter sido praticado sem violência ou grave ameaça contra a pessoa, CRISTIELLE, juntamente e sob ordens de MARINO DIVALDO PINTO DE BRUM, estaria atuando fortemente no comando da logística do tráfico de entorpecentes bem como na lavagem de dinheiro oriundo do tráfico.

Os indícios até então reunidos apontam no sentido de que durante todo o tempo em que MARINO DE BRUM esteve preso CRISTIELLE seguiu comandando, com participação efetiva em alguns casos, as ações ilícitas voltadas ao tráfico de drogas, associada a outros comparsas, em especial a CLODOALDO ANTUNES REQUELME, ADRIANO OSMAR SCHECH, SANDRO GASPAR CHAVES DE PAULA, CARLOS EDUARDO OLIVEIRA FORTES e PEDRO JAKES DE JESUS LEANDRO.

Nesse sentido, CRISTIELLE aparentemente dedica-se, como meio de vida, unicamente a atividades delitivas, posto que durante todo o período de investigações não foi possível identificar qualquer atividade laboral lícita que justificasse a aquisição do vasto patrimônio amealhado notadamente entre 2010 e 2018.

Além disso, restou evidenciado o tirocínio da investigada, no sentido de dificultar o trabalho investigativo, de dissimular suas atividades ilícitas, como amplamente demonstrado pela Polícia Federal ao longo de pouco mais de quatorze meses de operação, com a constante

troca de linhas telefônicas (em nome de terceiros), registro de patrimônio em nome de terceiros, constituição de empresas de fachada, geridas por interpostas pessoas, e utilização de nomes falsos, tudo como o objetivo de mascarar as atividades de tráfico de drogas. Aliás, a profusa utilização de documentos falsos motivou a ação da Polícia Militar gaúcha e levou à prisão de CRISTIELLE e MARINO DE BRUM em 10/08/2017.

[...]

Utiliza os nomes falsos de CRISTIANE DARI ARLORES e CRISTIELI DE MEDEIROS, conforme apurado.

Cabe mencionar que CRISTIELLE e MARINO fizeram documentos falsos para as filhas Andreassa (Taline Arlores Irureta) e Cecília (Cecília Arlores Irureta).

[...]

Importante registrar, com relação imóvel situado na Rua Solon Padilha, 1130, em Tramandaí/RS, onde a defesa afirma que CRISTIELLE iria residir, o que restou consignado na decisão do e. 9 do Processo de Sequestro – Medidas Assecuratórias nº 5062610-77.2018.4.04.7100: 'Os indícios até então coletados apontam que o imóvel foi em diversas oportunidades local de encontros entre os investigados supostamente para tratar de negócios envolvendo o tráfico internacional de entorpecentes. Tanto que as investigações desta Operação Planum se iniciaram a partir do encontro de PAULO GUSTAVO PIRES ROSSINI e MARINO DIVALDO PINTO DE BRUM na residência da Rua Solon Padilha (e. 1, INF2, p. 6). Conforme bem salientou o Ministério Público Federal, a residência era utilizada por MARINO e CRISTIELLE como refúgio e para negociar a compra, venda e transporte de drogas com os demais membros da organização criminosa. Por sinal, em um desses encontros, em 10/8/2017, ocorreu a prisão de MARINO DIVALDO PINTO DE BRUM, CRISTIELLE FLORES BOEIRA, JOSÉ PAULO VIEIRA DE MELLO, vulgo 'PAULO SECO', notório traficante brasileiro, com condenações anteriores por tráfico internacional de drogas, ADRIANO OSMAR SCHUCH e dos colombianos JHON ALEXSANDER TRIVEIRA RODRIGUES e DIEGO CIFUENTE SANCHES, além da apreensão de veículos, aparelhos celulares e outros objetos relacionados diretamente a atividades de tráfico de drogas.'

Nesse contexto, caracterizado o intenso envolvimento com o tráfico ilícito de drogas, entendo que condição de ser mãe de filhos pequenos não tem o condão de, isoladamente, revogar a prisão cautelar decretada.

Com já apontei, o HC julgado pelo STF evocado pela defesa, expressamente ressalva o óbvio, que por mais que se deva evitar a prisão de gestantes ou mães de filhos pequenos, por vezes tal prisão é uma medida necessária e inarredável e, assim, em tais condições, tem de ser procedida.

E a inclusão do inciso V no art. 318 do CPP, o qual possibilita a concessão de prisão domiciliar a mulheres com filho de até doze anos de idade incompletos, a fim de assegurar os interesses do menor, não é um

direito a ser concedido de plano, do contrário, toda pessoa com prole na idade indicada no texto legal teria assegurado o benefício, mesmo que fosse identificada a necessidade de medida mais severa. É necessário analisar as particularidades do caso.

*Na hipótese dos autos, consoante acima referido, **há indícios suficientes de autoria e prova da materialidade, tudo a indicar que CRISTIELLE, juntamente e com MARINO DIVALDO PINTO DE BRUM, estaria atuando na coordenação logística do tráfico de entorpecentes bem como na lavagem de dinheiro oriundo do tráfico, integrando o núcleo de comando da suposta organização criminosa investigada.***

Cabe destacar, neste passo, que as condutas atribuídas à investigada CRISTIELLE são principalmente comandar as ações, conectar e mediar a comunicação entre os demais integrantes da OCRIM investigada. E isto a investigada já demonstrou, de acordo com as investigações, fazer sem sair de sua residência, bastando-lhe um telefone para comunicar-se.

Ademais, a corroborar que CRISTIELLE não precisaria sair de casa para continuar comandando a OCRIM, veja-se, conforme acima referido, que o imóvel em que pretende residir teria sido constante ponto de encontro para tratativas, entre vários dos ora investigados, relacionadas a supostas ações envolvendo o tráfico ilícito de entorpecentes, além de servir de depósito de instrumentos utilizados para acondicionamento de entorpecentes.

As acusações, ainda objeto de controvérsia, serão oportunamente submetidos ao contraditório e poderão ser infirmadas, resultando mesmo em sentença absolutória. Porém, os indícios da participação nos delitos investigados são veementes e, nesse quadro, a concessão de prisão domiciliar não se demonstraria suficiente para fazer certa a cessação das atividades criminosas imputadas à organização criminosa e à investigada.

Ainda que a situação posta sensibilize por todo o seu contexto, a realidade vivenciada pela investigada e suas filhas se apresenta, até prova em contrário, como uma trágica consequência das práticas delitivas nas quais aparentemente se envolveu, sendo a manutenção da prisão preventiva necessária no atual estado das coisas.

Destaco que se, conforme as investigações, mesmo estando MARINO preso a suposta ORCRIM dava continuidade às suas atividades criminosas e com grande atuação da requerente CRISTIELLE, a prisão domiciliar desta não se mostra como medida suficiente a substituir a prisão preventiva.

Desta forma, a prisão preventiva é necessária e insubstituível como medida para evitar que a investigada continue a promover as condutas delitivas. Também impedirá que a mesma atrapalhe o andamento das investigações e futuro processo, por meio de coação a testemunhas ou destruição de provas, além de impossibilitar sua fuga, ao garantir que eventual pena imposta seja cumprida."

Diante do que registrado acima, observo, ao menos *primo actu oculi*, que o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente exame perfunctório e singular.

Com efeito, os fundamentos do acórdão impugnado não se mostram, em princípio, desarrazoados, mormente quando ressaltam que a Paciente e seu Companheiro, também envolvido na operação – preso em data anterior – "**fizeram documentos falsos para as filhas Andressa (Taline Arlores Irureta) e Cecília (Cecília Arlores Irureta)**" (fl. 241; sem grifos no original).

O Magistrado de primeiro grau destacou que:

*"No caso em tela, a Paciente é acusada de crimes gravíssimos, de posição de liderança em organização criminosa dedicada ao tráfico internacional de entorpecentes e lavagem de dinheiro, a atrair a excepcionalidade aventada por Sua Excelência. Veja-se que mesmo as filhas menores de idade são levadas a essa criminalidade, pois que apurado pela Polícia Federal que **não apenas CRISTIELLE e MARINO possuem identidades falsas, como, também, as referidas menores**"* (fl. 252; sem destaque no original).

Por conseguinte, não há como afirmar que os documentos referentes às filhas da Paciente, juntados aos autos, são originais, o que afasta um dos pressupostos autorizadores do acolhimento da pretensão liminar, qual seja, o *fumus boni iuris*, pois o direito invocado pelo Impetrante não é de reconhecimento que se mostra prontamente inequívoco.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Solicitem-se informações pormenorizadas ao Tribunal Regional Federal da 4.^a Região e ao Juízo de origem sobre a situação prisional da Paciente, a tramitação da ação penal e, especialmente, sobre o eventual acolhimento, por parentes, dos filhos menores; deverão, também, informar a senha para obter acesso aos andamentos processuais.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para o parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de fevereiro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora

